Organizadoras
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

Rupturas e desafios da educação no DISTRITO FEDERAL (1964 - 1985)



EDITORA
UnB

Universidade de Brasília

Reitora Rozana Reigota Naves
Vice-Reitor Márcio Muniz

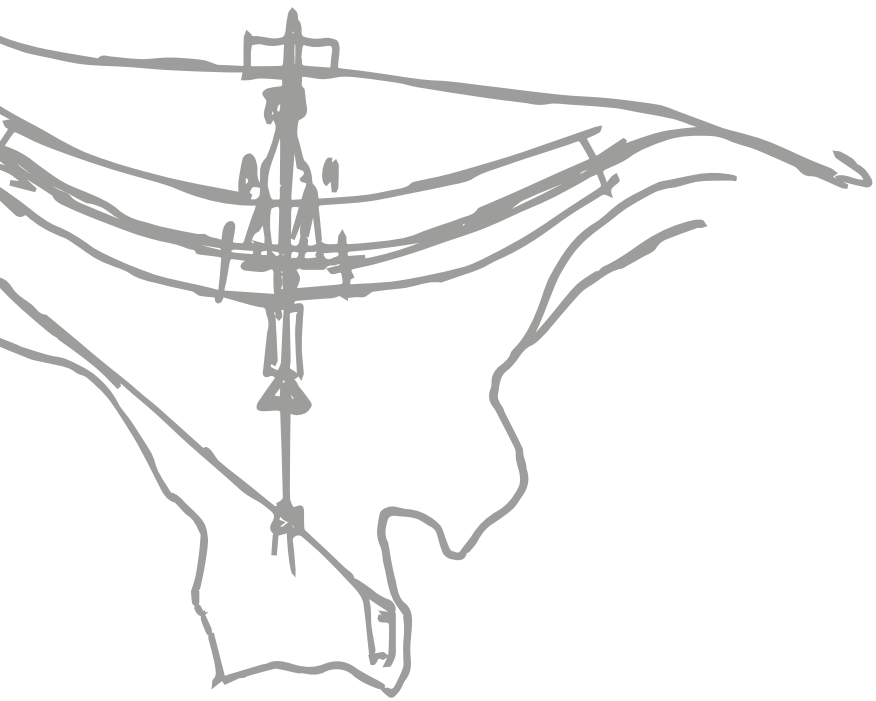
EDITORA
UnB

Diretora Marina Dourado Lustosa Cunha

Conselho editorial
Andrey Rosenthal Schlee
Biagio D'Angelo
Carina Luísa Ochi Flexor
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Josivânia Silva Farias
Maria Carmem Aires Gomes
Maria do Socorro Neri de Sousa
Maria Filomena Pinto da Costa Coelho
Marina Dourado Lustosa Cunha
Nilce Santos de Melo
Rosineide Magalhães de Sousa

Organizadoras
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

Rupturas e desafios da educação no DISTRITO FEDERAL (1964 - 1985)



EDITORA
UnB

Equipe editorial

Coordenação de produção editorial Marília Carolina de Moraes Florindo

Assistência editorial Jade Luísa Martins Barbalho

Revisão Jeane Pedrozo

Diagramação Wladimir de Andrade Oliveira

Padrão visual/Capa Mauro Liz (2011)

© 2023 Editora Universidade de Brasília

Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília-DF
CEP: 70910-900
(61) 3107-3700
www.editora.unb.br
editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização expressa da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

R947 Rupturas e desafios da educação no Distrito Federal (1964 – 1985) [recurso eletrônico] / organizadoras, Eva Waisros Pereira, Laura Maria Coutinho, Maria Paula Vasconcelos Taunay. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2025.
552 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-243-9.

1. Educação – Brasília (DF) – História. 2. Ditadura. I. Pereira, Eva Waisros (org.). II. Coutinho, Laura Maria (org.). III. Taunay, Maria Paula Vasconcelos (org.).

CDU 37(817.4)(09)

Heloiza dos Santos – CRB 1/1913

Sumário

APRESENTAÇÃO.....14

Parte I
OUTROS ARES SOPRAM

Capítulo 1
Contexto sociopolítico em 1964: a capital ocupada.....21
Claudia Paiva Carvalho
Cristiano Paixão

Capítulo 2
A educação tecnicista no golpe militar de 1964.....46
Raquel de Almeida Moraes

Capítulo 3
Financiamento da educação no Distrito Federal: o período autoritário.....62
Jorge Abrahão de Castro

Capítulo 4
Estudo comparado da educação escolar em instituições públicas e privadas do Distrito Federal (1964-1984) 79
José Luiz Villar Mella

Parte II
PENSADORES DA EDUCAÇÃO APARTADOS

Capítulo 5
Anísio Teixeira: pensamento silenciado, ação interrompida 95
Eva Waisros Pereira

Capítulo 6

Paulo Reglus Neves Freire, Brasília, 1964 130

Laura Maria Coutinho

Capítulo 7

Darcy Ribeiro: trajetória, exílio e pós-exílio.....156

Haydée Ribeiro Coelho

Parte III

EDUCAÇÃO, AUTORITARISMO E REPRESSÃO

Capítulo 8

O elefante branco: uma escola com o nome de resistência.....175

Eliane Brito

Capítulo 9

Organização de docentes do Distrito Federal: a repressão no período da ditadura militar 194

Antonio Carlos Andrade de Souza

Erlando da Silva Rêses

Capítulo 10

Centro Integrado de Ensino Médio, Ciem: uma escola inovadora no período da ditadura militar 221

Ariane Abrunhosa

Denise Farage

Mariana Penna

Capítulo 11

Tecnologias da educação na nova capital: desenganos e êxitos 254

Maria Paula Vasconcelos Taunay

Raquel de Almeida Moraes

Parte IV
O OCASO DE UMA PROPOSTA TRANSFORMADORA

Capítulo 12
O golpe militar de 1964 e suas consequências sobre o plano educacional de Anísio Teixeira.....278
Leila Chalub Martins

Capítulo 13
O papel da tipologia das escolas classe na definição do lugar escola no Plano Piloto de Brasília.....303
Samira Bueno Chahin

Capítulo 14
Educação de jovens e adultos trabalhadores: concepções e práticas em disputa.....315
Leila Maria de Jesus Oliveira
Maria Margarida Machado

Capítulo 15
Educação negada: a luta dos moradores da Vila Paranoá pelo direito de estudar.....354
Leila Maria de Jesus Oliveira
Ricardo Gonçalves Pacheco

Parte V
MUDANÇAS NO CURRÍCULO ESCOLAR E NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Capítulo 16
Fios e tramas da memória: a cultura cívico-patriótica na escola pública do Distrito Federal (1964-1985).....376
Antonio Fávero Sobrinho
Valéria Nely Cézar de Carvalho

Capítulo 17

Estudo de um caderno de teoria e prática de ensino na matemática da Escola Normal da Ceilândia.....403

Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho

Edilene Simões Costa dos Santos

Carmyra Oliveira Batista

Mônica Menezes de Souza Batista

Capítulo 18

Imagens da cidade e da escola: sobre a atualidade da proposta da escola parque para a capital.....423

Maria Andreza Costa Barbosa

Maria Lídia Bueno Fernandes

Parte VI

BRECHAS, ESPAÇOS ALTERNATIVOS E RESISTÊNCIA

Capítulo 19

Wladimir Murtinho e sua atuação na educação e na cultura do Distrito Federal 452

Maria Paula Vasconcelos Taunay

Capítulo 20

Projeto integrado de educação ambiental de Ceilândia: uma experiência inovadora em terreno minado.....482

Vera Margarida Lessa Catalão

Josefina Reis de Moraes

Capítulo 21

Entre livros e artes, uma escolinha de criatividade e uma biblioteca infantil na 104/304 Sul.....501

Luciana de Maya Ricardo

Alice Fátima Martins

Capítulo 22
Um olhar literário sobre Brasília: textos inaugurais e escrituras da resistência 521
Maria Alexandra Militão Rodrigues

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....541
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

SOBRE OS AUTORES 545

Parte II
PENSADORES DA EDUCAÇÃO APARTADOS

Capítulo 6

Paulo Reglus Neves Freire, Brasília, 1964

Laura Maria Coutinho

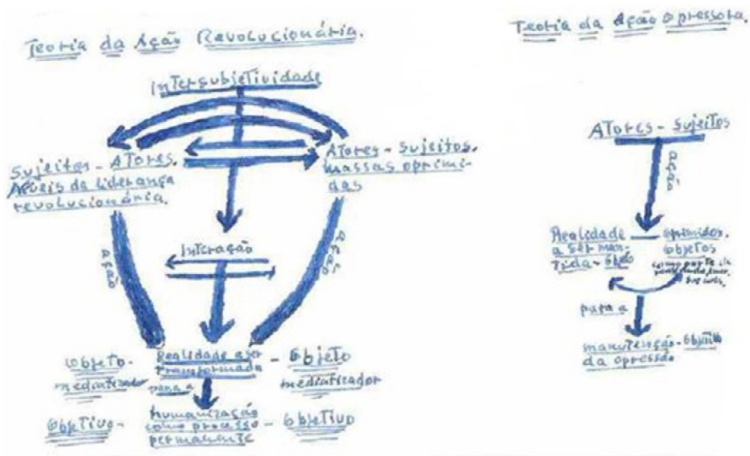
Este capítulo pretende trazer à baila a importância da presença e do trabalho de Paulo Reglus Neves Freire, em Brasília, na década de 1960, em momento particularmente intrigante. Mesmo já falecido, trata-se de uma das personalidades ostensivamente declaradas *non grata* pelo governo federal empossado em 2019. A incompatibilidade deste governo com os ideais de cidadania, liberdade, autonomia, soberania e nacionalidade é flagrante, mais ainda quando buscou, por muitos meios, aviltar diretamente o nome, as ideias e os ensinamentos de Paulo Freire (2019). Evidenciou-se, uma vez mais, a disputa entre o projeto de nação educada, culta, democrática, justa e soberana e o projeto de nação autoritária, elitista, excludente, socialmente desigual e dependente do capitalismo internacional, em particular, do norte-americano.

Ainda que a história não se repita, o que Paulo Freire traz como epígrafe, inspirada em Frantz Fanon (1961), do manuscrito do livro *A pedagogia do oprimido*, elaborado durante o exílio no Chile, em 1968, é, de muitas formas, uma afirmação de sua atualidade: "Aos esfarrapados da terra e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo com eles lutam". Esse original foi doado a Jacques Chonchol — diretor do Instituto de Capacitación y Investigación de la Reforma Agrária (ICIRA), onde Paulo Freire trabalhou — e Maria Edy de Oliveira Chonchol,

casal que acolheu a família em seu exílio em Santiago do Chile e guardou, por muito tempo, o manuscrito publicado em 2018. É evidente que Paulo Freire, em toda sua vida e obra, com graves consequências, sempre escolheu um lado: o dos oprimidos (Freire *et al.*, 2018, p. 15-16).

Nesse manuscrito, há um gráfico que foi omitido na publicação do livro *A pedagogia do oprimido* (Freire, 1987), lançado no Brasil somente em 1975 e, hoje, traduzido em inúmeros idiomas. Esse gráfico contém, de forma esquemática, sua teoria da ação revolucionária em oposição à teoria da ação opressora (figura 6.1). Traduz o que significa, para Freire, a educação, o diálogo, o círculo de cultura, a organização dos trabalhadores e a luta política para sair da opressão. No trabalho de educação popular, que iniciava com o processo de alfabetização, não era fundamental que os sujeitos-atores estivessem em círculo, mas que todos, igualmente, tivessem direito à palavra. Era, e é ainda, imprescindível reconhecer a cultura de cada um, não para reproduzir ou buscar apenas a identificação das pessoas e sua condição de classe, mas para que, por meio da cultura e da educação, se pudesse ler e escrever o mundo para transformá-lo. E, sobretudo, agir e organizar a luta política para garantir o direito aos bens inalienáveis a qualquer pessoa, particularmente, o direito à educação (Freire *et al.*, 2018).

Figura 6.1: Anotações do manuscrito de *Pedagogia do Oprimido*



Fonte: Freire *et al.* (2018, p. 323).

É imprescindível refletir sobre Paulo Freire no horizonte da organização dos trabalhadores, no contexto da organização política; o diálogo não deve ser algo que se esvazie em uma conversa mansa, quase como se entre irmãos. O diálogo proposto para acontecer no círculo de cultura é colocado na perspectiva de se assumir um projeto de sociedade. O trabalho de revisitar a vida e obra de Paulo Freire, tendo como referência o ano de 1964, como é a proposta deste livro, implica saber que a compreensão do seu pensamento está relacionada diretamente com a defesa dos movimentos sociais populares, dos movimentos indenitários dos sem-terra, do trabalho sindical, de partidos políticos e também, hoje, das formas de manifestações institucionais que abordam questões em nível internacional, como o clima e a fome no mundo, por exemplo. Paulo Freire saiu de Brasília e do país, após o golpe militar, para se tornar, certamente, a maior personalidade contemporânea na área de educação e, por incrível que pareça, talvez, seja mais conhecido ainda fora do que dentro do Brasil.

Antes do golpe de 1964, o Brasil vivia um momento de grandes transformações. A mudança da capital, do Rio de Janeiro para o interior, foi o carro-chefe do governo que pretendia fazer de Brasília o símbolo do país que saía do atraso para entrar na modernidade. Juscelino Kubitschek de Oliveira, em campanha para a Presidência da República, assumiu, publicamente, em 4 de abril de 1955, em Jataí, Goiás, o compromisso da mudança da capital. Em outubro de 1956, JK sancionou a lei que criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), para iniciar a construção da cidade, entre os córregos Gama e Torto, conforme estabelecera a missão Cruls, em 1892 (Uma cidade, 2019).

Emblematicamente, em 1956, foi publicado o livro de João Guimarães Rosa, *Grande sertão: veredas* (1994). Essa ficção seguia as trilhas de Riobaldo e Diadorim e, por meio delas, foi revelando a natureza e as gentes do sertão, das gerais e, igualmente, da caatinga, da floresta, berços de jagunços analfabetos, os menos favorecidos e desvalidos da sorte. As pessoas reais,

que inspiraram os personagens do livro de Rosa, quando não totalmente alheias das decisões políticas, pela proibição do voto do analfabeto, compunham os currais eleitorais do país, alvos de disputas entre coronéis, e estavam, o mais das vezes, relegados à invisibilidade, ao abandono e a todo tipo de privações. À época, era pensamento corrente que a nova capital seria instalada no ermo, em local inóspito e desabitado, ideia que ficou expressa, lindamente, é preciso que se diga, nos versos de Vinícius de Moraes para a *Sinfonia da Alvorada*, composta por Tom Jobim, em 1959, para celebrar a inauguração da cidade e, assim, instaurar a modernidade no Planalto Central do país, o sertão de Rosa (Moraes, 1959).

A construção da terceira capital era um passo largo para o Brasil sair do atraso, que significava, entre outras coisas, buscar manter a frágil democracia brasileira que procurava, ainda que de forma incipiente, mudar as condições do povo do interior. A construção de Brasília estava inserida no sonho, e em compromissos políticos, do país moderno. E terminou sendo um dos poucos aspectos concretizados daquele sonho. A mudança da capital não pôde ser revertida com o golpe de 1964 e Brasília firmou-se como capital da República, explicitando, *urbs* e *civitas*, ainda hoje, os graves conflitos e contrastes da nação. Depois de JK, o breve e atribulado governo de Jânio Quadros colocou o seu vice, João Belchior Marques Goulart, na presidência. Mesmo oriundo de família de fazendeiros do Sul do país, Jango tinha como plataforma política, já como vice de JK, as chamadas reformas de base, a partir das quais se reelegeu vice-presidente, tendo como presidente Jânio da Silva Quadros. Talvez seja importante ressaltar que, àquela altura, os dois cargos eram eleitos separadamente. As reformas de base previam uma mudança estrutural radical no país; eram compostas de oito temas fundantes, dentre eles a educação, a política e a situação agrária. Esta última tinha como direcionamento medidas que deveriam garantir, ao trabalhador rural, acesso à terra e a recursos para cultivá-la e, assim, poder sobreviver no campo. Para que o sertanejo, o interiorano cantado em *Grande sertão:*

veredas, de todos os cantões do país, pudesse votar, era necessário ser alfabetizado; o voto do analfabeto somente foi facultado muito tempo depois, na Constituição de 1988.

A implantação das reformas de base implicava integrar social, educacional e politicamente os habitantes do interior do Brasil; sobretudo, envolvia a organização popular. Vinícius de Moraes, em 1959, assim se expressou sobre Brasília e o Brasil do interior

> Por entre as matas recortadas,
> Não havia ninguém.
> A solidão, mais parecia um povo inexistente,
> dizendo coisas sobre nada.
> (Moraes, 1959)

Só que o povo existia sim e começava a querer dizer coisas e ter voz. As ligas camponesas e os sindicatos rurais lutavam pela reforma agrária. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criara, em 1956, o Movimento de Educação de Base (MEB), que alfabetizava pelo rádio. Muitas experiências de alfabetização e de educação, realizadas nessa época, foram exemplares. Uma delas foi a campanha empreendida em Natal, de 1961 a 1964, e integrava o Programa de Mobilização Nacional contra o analfabetismo, na gestão do prefeito Djalma Maranhão, que tinha como secretário de educação Moacyr de Góes. Ficou conhecida como "De pé no chão também se aprende a ler", por ser destinada a ensinar crianças pobres da periferia de Natal, sem uniforme nem sapato (Góes, 1980). Esse trabalho está registrado também no filme documentário com o mesmo nome (Foerthmann, 1963). Havia, de muitas formas, uma efervescência de ações por todo o país.

Ao mesmo tempo que no Rio Grande do Norte, desenvolvia-se amplo trabalho cultural em Pernambuco, sob os auspícios da Prefeitura do Recife, com o Movimento de Cultura Popular (MCP) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por meio do Centro de Extensão Cultural, os quais

deram sustentação para Paulo Freire iniciar as atividades de alfabetização de adultos. Com metodologia incipiente, mas já revolucionária, que conseguia alfabetizar adultos em quarenta horas, Paulo Freire, bem como sua equipe, foram convidados, pelo governador Aluízio Alves, por intermédio do secretário de educação, Francisco Calazans Fernandes, a aplicar seu método em Angicos – RN, terra natal do governador (Castro, 2010).

Essa cidade e esse nome tornaram-se símbolos do que viria ser a pedagogia de Paulo Freire. O que aconteceu, naquele lugar e momento, foi de tal forma transformador e instigante que atraiu o interesse de educadores e autoridades do país e do mundo. Para lá acorreram educadores, estudantes, professores, gestores, jornalistas do New York Times, do Time Magazine, do Herald Tribune, do Sunday Times, da Associated Press, do Le Monde, e políticos, todos em busca de algo que se configurava como a solução para uma das principais mazelas do país, e de grande parte do mundo: a educação de adultos (Germano, 1997). Para o Brasil, a alfabetização de adultos também implicava, diretamente, o aumento do número de eleitores, questão muito sensível da política daquele período (Lyra, 1996). Essa experiência está registrada em filme documentário *As quarenta horas de Angicos* (SECERN, 1963).

O trabalho de alfabetização em Angicos constituiu-se em sucesso retumbante, estavam ali as bases para a educação, especialmente, a de adultos, de que o país tanto necessitava. O próprio Paulo Freire relatou esse momento, em entrevista realizada por Antônia Terra Calazans Fernandes, recordando que, em Angicos, sob a liderança de Marcos José de Castro Guerra, então estudante universitário e presidente da União Estadual dos Estudantes, ligada à União Nacional de Estudantes (UNE), e do secretário de estado da educação do Rio Grande do Norte, jovens estudantes provenientes, sobretudo, de Pernambuco, alfabetizaram mais de 300 pessoas, em aproximadamente três meses. Os recursos para a realização dessa tarefa vieram, paradoxalmente, via Superintendência de Desenvolvimento

do Nordeste (Sudene), da Aliança para o progresso, programa assistencial para os países do terceiro mundo, do governo norte-americano de John Fitzgerald Kennedy, no âmbito da Guerra Fria (Quem foi, 2019). Freire relata, ainda, que o trabalho repercutiu de tal forma que, na cerimônia de encerramento, esteve presente, junto a governadores de estado, o presidente da Sudene, Celso Furtado, e outras autoridades, o próprio presidente da República, João Goulart, que ficou muito tocado com o que viu e ouviu. Destacou, daquele momento, o discurso de um dos alfabetizados, Antônio, de 56 anos, que, após a fala do presidente, pediu a palavra para dizer que outro presidente estivera ali — referia-se a Getúlio Vargas — para mitigar a fome da barriga, e que, agora, estava outro para aplacar a fome da cabeça. Disse, ainda, que eles haviam aprendido mais do que escrever e assinar o nome, aprenderam também a ler a cartilha do ABC do Brasil, como referira João Goulart à Constituição brasileira, em seu discurso, para mudá-la (Freire, 1992).

Paulo Freire afirmou que o discurso daquele homem não poderia, sozinho, ter agravado a situação de conflito em que se encontrava o país, nem apressar o golpe militar, mas que, poderia, sim, ter deixado preocupados 99% dos conservadores do país. Entre os conservadores presentes em Angicos, naquela cerimônia, aleivosias da política e da vida, estava o chefe do Quarto Exército, General Humberto de Alencar Castelo Branco (figura 6.2), que fez a Paulo Freire o comentário dizendo que ele propalava uma educação sem hierarquia, a quem este respondeu que defendia valores, e valores estabelecem hierarquias, e que os que vigiam eram estabelecidos em bases injustas (Freire, 1992).

Figura 6.2: Jango e Castelo Branco. Detalhe de fotografia da cerimônia de encerramento do trabalho em Angicos, 1963, arquivo de Marcos Guerra, em *As 40 horas de Angicos*



Fonte: SESCtv, 2019.

A experiência exemplar de aplicação do método de alfabetização em 40 horas, realizado no Rio Grande do Norte, de certa forma, foi o que levou o Ministério da Educação a convidar Paulo Freire para assumir o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), criado por meio do Decreto n.º 53.465, de 21 de janeiro de 1964, assinado por João Goulart, presidente da República, e Júlio Furquim Sambaqui, ministro da educação (Brasil, 1964). O PNA tinha o objetivo de alfabetizar 1.834.200 adultos, 8,9% da população analfabeta de 15 a 45 anos, que, em setembro de 1963, era de 20.442 milhões de pessoas. Para isso, pretendia instalar, em 1964, 60.870 círculos de cultura, em todo o país.

Em Brasília, assim como os operários nos canteiros de obras, movimentavam-se também, nos gabinetes administrativos, uma profusão de

ideias e planos para a capital e para o Brasil. Anísio Spínola Teixeira e Darcy Ribeiro, a convite do governo federal, cuidavam de planejar e coordenar o sistema de educação — do fundamental ao superior —, que se implantava na nova capital, para atender às famílias que se deslocavam para construir a cidade, e que, também, serviria de modelo para todo o país. Estava em processo de implantação a Universidade de Brasília, que deveria expressar a cultura nacional, como "órgão complementar indispensável para dar sentido espiritual e assegurar autonomia cultural ao conjunto de instituições que compõem a cidade-capital" (Universidade de Brasília, 1962, p. 3). O projeto da universidade, sob o comando de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, reunia grandes expressões da intelectualidade nacional e internacional como Abgar Renault, Ciro dos Anjos, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, os quais compreendiam que a universidade da nova capital deveria expressar a cultura brasileira, algo que não fosse apenas uma cópia imprecisa das universidades europeias. Havia uma disputa de projetos para definir que linha adotaria a universidade em Brasília, que, logo, implantou-se na área central da cidade, como fundação federal, pública, laica e gratuita (Brasil, 1961).

Com relação à educação de adultos, a condição dos candangos, grande parte analfabetos, fez com que Paulo Freire iniciasse a implantação de seu método na capital, antes mesmo que o decreto de criação do PNA fosse assinado; ainda vigia o Decreto n.º 51.470, de 22/5/1962, que tratava do regime especial de mobilização nacional contra o analfabetismo (Brasil, 1962). No âmbito da transferência da capital para Brasília, a esfera federal ocupava-se de atividades que eram afetas a estados e municípios, somente depois essa hierarquia institucional seria estabelecida. Um carro de som passava pelas cidades e pelos acampamentos com a propaganda: "Povo analfabeto é povo escravo. Matricule-se no círculo de cultura mais próximo. Aprenda a ler e a escrever" (Barbosa *et al.*, 1980, p. 77). No âmbito dessa mobilização nacional, a convite do Ministério da Educação, Paulo Freire chegou a mudar-se com a família para Brasília, onde formava coordenadores de círculo

de cultura, na capital e em Goiânia (Haddad, 2019). Sua presença, durante esse trabalho, foi registrada pelo fotógrafo Deabry dos Santos (Barbosa *et al.*, 1980). Sob a coordenação do MEC, os grupos logo se ampliaram para todo o Distrito Federal. Segundo Paulo Freire, nas cidades satélites, estavam funcionando em torno de 300 círculos de cultura, quando ocorreu o golpe militar de abril de 1964 (Cepafre, 1996).

A repressão da ditadura promoveu, em Brasília, um apagão nessa história. Poucas pessoas, por motivos conhecidos, se arvoravam a contá-la. No entanto, os acontecimentos relacionados à implantação do método Paulo Freire, nos primórdios da nova capital, no âmbito do PNA e um pouco antes, foram relatados em pesquisa realizada por alunos do curso de Mestrado em Educação, da Universidade de Brasília. Em 1980, esse grupo de estudantes reuniu depoimentos de mais de 40 pessoas que estiveram, de alguma forma, envolvidas, além de vários documentos que configuravam a política e a administração do método Paulo Freire, no Distrito Federal e no Brasil. Essa pesquisa mapeou lugares onde ocorreram círculos de cultura e revelou fatos importantes daquele momento, como as palavras-chave utilizadas; demonstrou, ainda, por meio de entrevistas que realizou, as controvérsias que havia, talvez, pelo fato de a pesquisa ter sido realizada ainda no período da ditadura militar (Barbosa *et al.*, 1980).

Do mesmo modo que em Brasília, no início dos anos 1960, por todo o país, principalmente entre jovens estudantes, havia grupos organizando-se para implantar o método de alfabetização que levava em consideração a vivência e o conhecimento dos adultos. Por meio desse trabalho, os adultos não mais seriam infantilizados pelos métodos tradicionais de alfabetização, disponíveis até o momento, mas buscariam sua conscientização, como sujeitos-atores políticos e de saber, ao mesmo tempo que adquiriam o domínio das letras pela leitura e escrita. Essa era uma transformação política e educacional radical que, além de ampliar o coeficiente eleitoral do país, criaria eleitores conscientes de seu papel na sociedade e no mundo. Embora houvesse muitos

embates nos meios políticos e educacionais, em relação à educação e à alfabetização de adultos, nesse sentido, grande parte do país se mobilizava. Cláudio Ceccon conta que fora contratado, pelo Ministério da Educação, para fazer as imagens que ilustrariam as palavras-chave para a alfabetização, na cidade do Rio de Janeiro, como fizera Francisco Brennand, em Recife, Pernambuco. O que, com o golpe, obviamente, não se concretizou (Paulo, 2012).

Figuras 6.3 e 6.4: Francisco Brennand. Série: Paulo Freire, natureza e trabalho, Recife, 1963



Fonte: Brennand (1963). Fotógrafo Celso Pereira Jr.

Em Brasília, as palavras-chave, conforme consta da pesquisa anteriormente referida, expressaram a situação dos trabalhadores, sobretudo os da construção civil. Os chamados candangos vieram de todo o país para construir a capital, porém, desde o início, foram sendo empurrados e, depois, expulsos das áreas nobres, constituindo, assim, as chamadas cidades satélites, que não estavam previstas no projeto original da capital, o Plano Piloto, destinado à população de classe média composta, em sua maioria, por funcionários públicos. Nos círculos de cultura, as imagens e palavras-chave eram projetadas na parede, como um "filminho", por meio do que mais avançado havia como recurso tecnológico-educacional. Foi chamado de "maquininha diabólica" por pessoas contrárias ao seu trabalho, como lembrou Paulo Freire, quando esteve em Brasília para ser homenageado. Esta homenagem ocorreu em Ceilândia – DF, em agosto de 1996, durante o governo democrático e popular do Distrito Federal, por intermédio do Centro de Educação Paulo

Freire de Ceilândia (Cepafre, 1996). Em Angicos, foi chamado de "raio da morte", a morte da ignorância, por Calazans Fernandes, devido ao raio de luz que produzia ao projetar as imagens correspondentes às palavras-chave, usadas para alfabetizar (Freire, 1992). A sequência de imagens projetadas, por meio de um diafilme, são imagens paradas justapostas em sequência, como nos filmes em 35 mm, que vão sendo projetadas, uma a uma, na tela; deviam expressar o contexto cultural e o universo vocabular de onde emergiram. Eram chaves de leitura do mundo e das letras, por isso chamadas de palavras-chave, e chamadas assim, também, poderiam ser as imagens que comporiam o conjunto do material de alfabetização: imagens-chave. Reunidas, palavra e imagem, ainda hoje, são chaves que abrem o universo de possibilidades que conduzem professores e estudantes na aquisição do alfabeto.

Contraditoriamente, o conceito de diabólica, usado pelos conservadores, para demonizar o trabalho de alfabetização e a maquininha de projetar, que, segundo eles, era usada para "bolchevizar" o país, traduz, com propriedade, o que, na essência, é a metodologia de Paulo Freire de alfabetização e de educação, eminentemente dialógica (Cepafre, 1996). Por inusitado que possa parecer, diabo, diabólico, diafilme, dialógico, diálogo, são conceitos e palavras oriundas da mesma raiz. Dentro da concepção judaico-cristã na qual se insere a nossa civilização, segundo Eudoro de Sousa, "o Diabo foi o maior e o primeiro dos 'críticos'. Pois 'kritikós' é 'o que tem a faculdade de discernir' e 'krísis' cujo significado primeiro é notadamente este: separação, vêm do mesmo verbo 'krínein' isto é: separar" (Sousa, 1995, p. 52). Não é possível ser crítico sem separar; sem separação também não é possível haver diálogo, que é, justamente, a essência da pedagogia que pode levar à conscientização, palavra tão cara a Paulo Freire e a todos os que nele se inspiram.

No dia do golpe militar, praticamente em todo o país, havia grupos projetando imagens e palavras para alfabetizar com esse método dialógico, no contexto do decreto do PNA. Em entrevista, a professora Renée Gunzburger Simas fez um relato do que aconteceu com o trabalho de alfabetização em

Brasília. Ela própria, professora de artes plásticas do ensino médio, à noite, era alfabetizadora voluntária porque o PNA, em processo de implantação, já sob o comando do Ministro Paulo de Tarso Santos, previa o desdobramento do processo de alfabetização e deveria incorporar, à educação do adulto, outros conteúdos e não apenas a língua portuguesa, entre eles arte e cultura. No dia do golpe, a professora encontrava-se trabalhando em um círculo de cultura no Gama – DF, e, ao retornar do trabalho, tarde da noite, estranhou a quantidade de tanques e carros das Forças Armadas que passavam pela W3 Sul, a avenida mais movimentada de Brasília, à época (Simas, 2019).

O exemplo dessa professora, pega de surpresa, foi o que aconteceu, guardadas as especificidades de cada local, com todos que estavam envolvidos com aquele trabalho, no dia do golpe e imediatamente depois. Ao se dar conta de que se tratava de ação militar, fato constatado no Sindicato dos Bancários, em Brasília, naquela noite, a professora Renée teve logo a certeza de que algo muito grave estava acontecendo. Quando chegou em casa, o rádio já noticiava que o governo do presidente João Goulart estava deposto e havia muita confusão de informações. Como o governo, provavelmente, estaria também encerrado o trabalho de alfabetização. Disso, a professora teve certeza no dia seguinte, quando funcionários do MEC passaram na casa de todos os voluntários, e demais envolvidos no projeto, para recolher os materiais da alfabetização, para que não fossem encontrados pelos agentes do golpe e, com isso, evitar perseguições às pessoas envolvidas no trabalho, o que aconteceu logo em seguida. Foram recolhidos livros, cartilhas, todo o material impresso usado na alfabetização e também a "maquininha diabólica", o projetor de diafilmes. As pessoas foram orientadas, pelos coordenadores, a não se reunirem e a não mais falarem sobre o assunto, sob o risco de serem perseguidas. O que, na verdade, ocorreu logo depois (Simas, 2019).

Estava instalado, no Brasil e em Brasília, um ambiente de medo e de delação entre a população e, entre os docentes, sobretudo, aqueles que participavam mais diretamente da Associação de Professores do Distrito Federal.

Renée Simas teve como acusação, quando respondeu a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), o fato de estar em um ônibus do MEC, pois não havia outra evidência de sua participação nesse trabalho. Teve os seus direitos cassados pelo Ato Institucional n.º 1 e ficou 10 anos sem poder trabalhar no serviço público. Como ela, muitos outros professores sofreram nesse processo, líderes do PNA em todo o Brasil e, particularmente, o próprio Paulo Freire, que era o alvo principal de toda a perseguição naquele momento (Simas, 2019).

Em uma cronologia breve dos fatos, o encerramento das 40 horas de Angicos aconteceu em junho de 1963. O Programa Nacional de Alfabetização foi instituído pelo MEC em 22 de janeiro de 1964 e o golpe militar transcorreu em 1.º de abril de 1964. Já no dia 14 de abril, a ditadura, que havia destituído, pela força e a conivência do Congresso Nacional, o governo eleito democraticamente, baixou o Decreto n.º 53.886, assinado pelo presidente interino, Ranieri Mazzilli, revogando o Decreto n.º 53.465, que criara, três meses antes, o PNA. Paulo Freire era membro da Comissão Especial do PNA e substituto eventual do ministro da educação, presidente dessa comissão. O general Humberto de Alencar Castelo Branco, que estivera em Angicos, na cerimônia de encerramento do trabalho de alfabetização, tomou posse como presidente da República no dia 15 de abril, um dia depois de revogado o decreto do PNA. Por ocasião do golpe militar, Paulo Freire estava em Brasília para onde se transferira com sua família. Depois viajou para Recife e, em 16 de junho, foi preso, solto e novamente preso e acusado de ser subversivo, ignorante e um dos responsáveis pela subversão dos menos favorecidos, segundo o inquérito policial militar (IPM). Depois de 72 dias de prisão em Recife e Olinda, em setembro de 1964, Paulo Freire, convocado para depor, foi para o Rio de Janeiro, onde, com ajuda de amigos, refugiou-se na Embaixada da Bolívia e de lá, aos 43 anos, deixou o país rumo a La Paz para se exilar na Bolívia (Haddad, 2019). De lá foi para o Chile, depois para os Estados Unidos da América e, finalmente, transferiu-se, com sua família, para Genebra, Suíça.

Paulo Freire diz que a ideia de exílio, para ele, somente foi se tornando uma possibilidade concreta durante os dias que passou na prisão. E, em seu livro *A pedagogia da esperança*, afirma que:

> Ninguém chega a parte alguma só, muito menos ao exílio. Nem mesmo os que chegam desacompanhados de sua família, de sua mulher, de seus filhos, de seus pais, de seus irmãos. Ninguém deixa seu mundo, adentrado por suas raízes, com o corpo vazio ou seco. Carregamos conosco a memória de muitas tramas, o corpo molhado de nossa história, de nossa cultura; a memória, às vezes difusa, às vezes nítida, clara, de ruas da infância, da adolescência; a lembrança de algo distante que, de repente, se destaca límpido diante de nós. (Freire, 1997, p. 16-17)

Segundo relata, Paulo Freire chegou ao Chile dias depois de tomar posse o presidente da República democrata cristão, Eduardo Nicanor Frey Montalva, que governou de 1964 a 1970, e o país estava eufórico. O Movimento Independente Revolucionário (MIR) revelava uma simpatia pela educação popular, diferentemente dos demais partidos de esquerda, de modo geral, naquele país (Freire, 1997). A concepção de educação e as ideias de Paulo Freire, perseguidas e reprimidas no Brasil pós-1964, tiveram certo espaço para se implantarem no Chile. Em entrevista, o professor Lúcio França Teles, estudante naquela época, relata fatos que viveu no exílio. Depois de sair do Brasil, foi para Nova Iorque e, de lá, para o Chile, para a Universidade de Concepción, onde havia um processo intenso de atuação dos estudantes que incluía a alfabetização de adultos, pela metodologia de Paulo Freire, em comunidades do interior. Nesse país, Lúcio tornou-se professor alfabetizador. A alfabetização era realizada, justamente, por estudantes do Movimento Estudantil Revolucionário (MER), ligado ao MIR. No Chile, segundo o professor Lúcio, a alfabetização teve excelente resultado. Era visível como pessoas que não escreviam nada, com poucas aulas, já podiam escrever (Teles, 2019). Em 1970, o socialista Salvador Allende Gossens foi eleito presidente do Chile e governou até 1973, quando houve o golpe militar capitaneado pelo general Augusto José Ramón Pinochet Ugarte.

Paulo Freire deixou o Chile em 1969, porém, voltou duas vezes, durante o governo Allende, o trabalho pedagógico-político, principalmente no campo, continuava (Freire, 1997). Depois do golpe de Estado, que depôs o presidente chileno, começaram as perseguições ao trabalho de alfabetização e aos "cubanos", como eram chamadas as pessoas de esquerda que tivessem um sotaque diferente. Dessa forma, muitos foram presos, alguns injustamente, e enviados para ilha de Quiriquina, território insular da comuna de Talcahuano, na província de Concepción, Chile, sendo libertados pela ação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados Políticos e levados para Zurique, na Suíça (Teles, 2019).

Após breve passagem pela Universidade de Harvard, nos Estados Unidos da América, Paulo Freire, com sua família, mudou-se para a Suíça, onde trabalhou, como conselheiro educacional para países do terceiro mundo, no Conselho Mundial de Igrejas, entidade ecumênica com sede em Genebra, onde permaneceu de 1969 a 1980. Nesse período, fundou o Instituto de Ação Cultural (IDAC), junto com sua esposa Elza Maria Costa Oliveira Freire e outros exilados brasileiros — Miguel Darcy de Oliveira, Rosiska Darcy de Oliveira, Claudius Ceccon, Marcos Arruda —, com o objetivo de trabalhar em projetos educativos para países de terceiro mundo. Paulo Freire andarilhou por muitos lugares, foi à Austrália, Itália, Nicarágua, Ilhas Fiji, Índia, Tanzânia e aos países africanos de língua portuguesa, como Angola, Cabo Verde e Guiné Bissau, que haviam saído recentemente da condição de colônia, e estavam em processo de libertação e de reconstrução de suas nações (Freire, 1997; Perfil, 2011). Em 1975, Paulo Freire, Elza e membros do IDAC foram a Guiné Bissau, a convite de Mário Cabral, comissário da educação daquele país, para assessorar o trabalho de alfabetização e educação. No contexto desse trabalho, Paulo Freire escreveu o livro *Cartas à Guiné Bissau* (1978), no qual relatou o contato que teve com o povo africano em seu esforço para construir a liberdade e o país.

Ainda sobre o seu trabalho na África, o próprio Freire contou, quando esteve em Brasília, em novembro de 1985, e fez uma palestra para estudantes do curso de mestrado em educação, da Universidade de Brasília. Na ocasião, relatou sobre a personalidade e a presença de Amílcar Cabral na origem e na consolidação da libertação das ex-colônias portuguesas. Não o conheceu pessoalmente, apenas por meio dos movimentos que via na África, de relatos de pessoas, por seus trabalhos e escritos. Segundo afirmou, lia os textos de Cabral, ele e sua equipe, "página por página, palavra por palavra, fazendo minhas notas" (Freire, 2008, p. 4.). A obra que Freire planejou, e não escreveu, "Amílcar Cabral: o pedagogo da revolução", trataria de discutir, principalmente, o que é ser pedagogo da revolução e pedagogo revolucionário, inspirado naquele que "encarnou perfeitamente o sonho de libertação do seu povo e os procedimentos políticos e pedagógicos para a realização desse sonho" (Freire, 2008, p. 5).

Além dos trabalhos que realizou diretamente, Paulo Freire influenciou inúmeros movimentos, projetos e ações no chamado terceiro mundo, em especial nos países por onde andou, mas não somente. Lúcio Teles, que estivera no Chile alfabetizando adultos, relata que, na Suíça, embora, viajasse muito, a casa de Paulo Freire era lugar de encontro e debates de brasileiros e exilados políticos de muitos países. O próprio Lúcio, por exemplo, participou de projeto ligado à agricultura, na África, com forte influência das ideias de Paulo Freire. E posteriormente, no Canadá, com recursos do Ministério da Cultura, e inspiração freiriana, ajudou a criar o sindicato de trabalhadores de plantações de cogumelo, em Toronto, com objetivo de garantir condições mínimas de trabalho e de vida a trabalhadores migrantes vindos, principalmente, dos Açores (Teles, 2019).

No Brasil, mesmo com forte repressão, muitos autores e pesquisadores, desde os anos 1960, contribuíram para que as ideias de Paulo Freire se mantivessem vivas. A força de seu legado ficou expressa em trabalhos de Lauro de Oliveira Lima, que fez a primeira descrição do método de alfabetização,

a partir da experiência de Brasília, antes mesmo que Paulo Freire o fizesse (Lima, 1965). Osmar Fávero, professor emérito da Universidade Federal Fluminense (UFF), que, entre outros, organizou o livro *Cultura popular educação popular: memória dos anos 60* (1983); coordenou pesquisa que resgata o conceito de cultura e de cultura popular vinculada à educação como espaço de estruturação dos processos democráticos, disponível no Portal dos Fóruns de EJA, que guarda, hoje, um dos maiores acervos sobre cultura e educação popular disponível na internet (Portal, 2020). Carlos Rodrigues Brandão escreveu, para a coleção Primeiros Passos, da Editora Brasiliense, a obra *O que é o método Paulo Freire* (2011). Vanilda Pereira Paiva escreveu *Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista* (2000). Venício Artur de Lima defendeu tese de doutorado com título *Comunicação e cultura: as ideias de Paulo Freire*, depois publicada em livro (1981). Moacir Gadotti publicou *Alfabetizar e conscientizar* (2014) e *Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes* (2012). Como sucessora legal das obras, sua segunda esposa e também biógrafa, Ana Maria Araújo Freire (2018), publicou livros e segue dando visibilidade ao legado de Paulo Freire.

Mais recentemente, importa destacar as pesquisas de mestrado e doutorado de Nima Imaculada Spigolon (2009; 2014), na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sobre a participação e a influência de Elza Freire na obra de seu marido, a que Spigolon chamou de "pedagogia da convivência" (O legado, 2009). Paulo Freire, em que pese a imensa relevância pedagógica, em palestra gravada em vídeo, confessou que foi necessário grande esforço para se tornar menos machista, em decorrência da tradição nordestina de que é originário (Freire, 1994). Talvez, por isso, até a realização das pesquisas de Spigolon, a contribuição de Elza Freire aparecesse apenas em poucas referências, comparada à extensão da obra do próprio Paulo Freire.

Quanto à aplicação do método Paulo Freire, em Brasília, depois do golpe militar de 1964, que extirpou os círculos de cultura, em 1985, o mesmo grupo de estudantes do Mestrado em Educação, que havia convidado

Freire para a palestra sobre Amílcar Cabral, anteriormente referida, iniciou, em Ceilândia – DF, pesquisas de mestrado, nas quais teoria e prática uniram-se para a realização de trabalho de alfabetização de adultos com o método Paulo Freire. Esse momento inicial do trabalho, no contexto do mestrado, resultou em duas dissertações (Coutinho, 1988; Pereira, 1988) e serviu de base para o desenvolvimento da alfabetização de adultos, a partir da Escola Normal, integrante do Complexo Escolar A, de Ceilândia. Em decorrência desse trabalho, realizado com a participação de jovens estudantes, foi criado, em 1989, o Núcleo de Alfabetização, que, posteriormente, tornou-se Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia (Cepafre), e, desde então, desenvolve importante trabalho de cultura e alfabetização de adultos, com repercussão muito além dos limites geográficos do Distrito Federal. Foi publicado, em 2020, o caderno *Alfabetizar é libertar*, que reúne as etapas do trabalho de alfabetização, caracterizando-se como excelente material para quem quer iniciar um trabalho dessa natureza (Tôrres *et al.*, 2020). O trabalho estendeu-se também para outra cidade, por meio do Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá (CEDEP – DF).

Em seminário realizado na Universidade de Brasília, um dos projetores e o diafilme usados no Distrito Federal com as imagens correspondentes às palavras-chave, foram apresentados ao público. Como parte da memória desse projeto de alfabetização, lá estava uma das maquininhas que teria ajudado esse eminente educador a tentar "bolchevizar" o país (Freire, 1996). Foi relatado que a professora Maria do Rosário Nascimento Ribeiro Alves, moradora do Gama – DF, recebeu, há algum tempo, telefonema de uma amiga dizendo que uma professora havia morrido e que tinha, entre seus guardados, uma caixa que ela jamais deixara alguém tocar e que a família, naquele momento, queria abrir para ver o que era. E era um dos projetores poloneses que foram importados, com a ajuda da Embaixada da Polônia, para o projeto de alfabetização, no âmbito do PNA, e que, recentemente, foi doado ao Cepafre (Freire, 1996).

Segundo contaram pessoas da família, a professora que guardou a "maquininha diabólica", preciosa para quem interessa conhecer a história da educação no DF e no Brasil, falava algumas vezes de alfabetização. O riso que essa história provocou na plateia, presente ao seminário, pode ser considerado, segundo Bergson (2001), um gesto social, rimos de uma fealdade, de algo que não é em si mesmo, mas com o qual nos identificamos, rimos da caricatura ridícula em que se transformou o país, ao sermos forçados a esconder um projeto de nação junto com os instrumentos e métodos que poderiam contribuir para que o Brasil fosse outro. O lado dramático dessa história, se não trágico, é o fato de que recentemente, Paulo Freire tenha se tornado, mais uma vez, como já dito, *persona non grata* de um governo federal que investiu, deliberadamente, em ações que visavam arrasar a já tão debilitada educação brasileira em todos os níveis.

A força das ideias, a atuação, a influência e o reconhecimento da importância de Paulo Freire, no Brasil e no mundo, é algo que este capítulo jamais conseguiria alcançar completamente. A passagem de Freire pela Secretaria de Educação da cidade de São Paulo, após seu retorno do exílio, deixou um legado inestimável. E continua em muitos espaços, é notória a presença das ideias freirianas em ações e práticas de muitos sujeitos coletivos, como o Movimento dos Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FEBES), o Movimento de Educação de Base (MEB), o Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia (Cepafre/DF), o Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá – DF (CEDEP), o Grupo de Trabalho Pró-alfabetização do Distrito Federal e o Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Distrito Federal (GTPA-Fórum EJA), entre tantos outros.

Referências

BARBOSA, Célia *et al*. *A experiência de aplicação do sistema Paulo Freire de alfabetização de adultos em Brasília – 1963.* Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília. Acervo Museu da Educação do Distrito Federal, 1980.

BRASIL. Lei n.º 3.998. Institui a Fundação Universidade de Brasília. *Diário Oficial da União.*15 dez. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950 - Acesso em: 2 ago. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 51.470. Institui a mobilização nacional contra o analfabetismo. *Diário Oficial da União.* 22 maio 1962. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51470-22-maio-1962-391117-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 21 set. 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é o método Paulo Freire.* 32º reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BERGSON, Henri. *O riso*: ensaio sobre a significação da comicidade. Tradução: Yvonne Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRASIL. Decreto n.º 53.465. *Diário Oficial da União*. 21 jan. 1964. Seção 1. CÂMARA LEGISLATIVA, Legislação Informatizada - Publicação Original. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRENNAND, Francisco. Série Paulo Freire, 1963. Disponível em: http://forumeja.org.br/node/2499. Acesso em: 23 ago. 2019.

CASTRO, Priscila. Morre o homem que implantou o método Paulo Freire no Rio Grande do Norte. *Tribuna do Norte.* 29 jan. 2010. Disponível em: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/morre-homem-que-implantou-o-metodo-paulo-freire-no-rn/138994. Acesso em: 1º out. 2020.

CEPAFRE. *Paulo Freire:* educador brasileiro – cidadão do mundo. Ceilândia, DF: Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia, 1996.

COUTINHO, Laura Maria. *Víde-oteipe*: ver e rever a educação. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília. Brasília, 1988.

FANON, Franz. *Os condenados da terra.* Tradução de Richard Philcox. USA: Grove Press, 1961.

FÁVERO, Osmar (org.). *Cultura popular educação popular*: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1º edição, 1983.

FOERTHMANN, Heins (direção). *De pé no chão também se aprende a ler*. Documentário, 16 mm. 09 min. 37 seg. Rio de Janeiro: Arquivo da Cinemateca do Museu de Arte Moderna, 1963. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PSW1TgaYvY8. Acesso em: 23 maio 2020.

FREIRE, Paulo. *A pedagogia da Esperança*: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau* – registros de uma experiência em processo. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Disponível em: https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/4.-Cartas-%C3%A0-Guin%C3%A9-Bissau.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

FREIRE, Paulo. *Amílcar Cabral, o pedagogo da revolução.* Palestra (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília. Transcrição e organização do texto: Laura Maria Coutinho. Acervo Centro de Memória Viva FE/UnB, 2008.

FREIRE, Ana Maria Araújo. *Paulo Freire*: uma história de vida. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido.* 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Palestra.* Um papo com Paulo Freire. IFSC, USP, 22.11.1994. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=idwYE9x0NuE. Acesso em: 24 mar. 2020.

FREIRE, Paulo *et al. Pedagogia do Oprimido (o manuscrito).* São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire: Universidade Nove de Julho (Uninove): Big Time Editora/BT Acadêmica, 2018.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Bolsonaro só não manda matar Paulo Freire porque ele já morreu. *Carta Capital*, 2019. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/educacao/bolsonaro-so-nao-manda-matar-paulo-freire-porque-ele-ja-morreu/?utm_campaign=newsletter_rd_-04072019&utm_medium=email&utm_source=RD+Station. Acesso em: 15 jul. 2019.

FREIRE, Paulo. Entrevista. *Projeto Memória Oral do Idoso Depoimento de Paulo Reglus Neves Freire*. Código da entrevista: MOI_HV031. Entrevistadora: Antônia Terra Calazans Fernandes. Realização Museu da Pessoa. 16 out. 1992. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KRfSfieGpCU. Acesso em: 12 set. 2020.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. *Paulo Freire e Amílcar Cabral*: a descolonização das mentes. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

GADOTTI, Moacir. *Alfabetizar e conscientizar:* Paulo Freire, 50 anos de Angicos. São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2014.

GERMANO, José Willington. As 40 horas de Angicos. *Educação e Sociedade*, v. 18, n. 59, Campinas, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v18n59/18n59a08.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

GÓES, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler*:(1961-64) uma escola democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Disponível em: http://forumeja.org.br/files/Moacyr%20de%20G%C3%B3es.pdf .Acesso em: 23 nov. 2019.

HADDAD, Sérgio. *O educador*: um perfil de Paulo Freire. São Paulo: Todavia, 2019.

LIMA, Lauro de Oliveira. *Tecnologia, educação e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. Disponível em: http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/laurobsb.pdf. Acesso em: 3 out. 2020.

LIMA, Venício Artur de. *Comunicação e cultura*: as ideias de Paulo Freire. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

LYRA, Carlos. *As quarenta horas de Angicos*: uma experiência pioneira de educação. São Paulo: Cortez, 1996.

MORAES, Vinícius de. *Brasília*: sinfonia da Alvorada.1959. Disponível em: https://www.letras.mus.br/vinicius-de-moraes/87259/. Acesso em: 30 mar. 2019.

O LEGADO de Elza Freire. *Jornal da UNICAMP*, ano XXIII, n. 435. Campinas, 13 de julho a 2 de agosto de 2009. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp_hoje/ju/julho2009/ju435_pag12.php. Acesso em: 25 set. 2020.

PAULO Freire: vida e obra. *De lá pra cá*. Apresentação Anselmo Góes e Vera Barroso. TV Brasil, 25min.37seg. 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qGiDAa91UFg. Acesso em: 2 mar. 2020.

PAIVA, Vanilda. *Paulo Freire e o nacional-desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

PEREIRA, Maria Luiza Pinho. *Educar é descobrir.* Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília. Brasília, 1988.

PERFIL Paulo Freire. Educar para transformar. *Desafios do Desenvolvimento.* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, Ano 8, ed. 65. 5 maio 2011. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2501:catid=28&Itemid=23 - Acesso em: 5 out. 20.20.

PORTAL dos fóruns de EJA. http://www.forumeja.org.br/node/2976. Acesso em: 4 maio 2020.

QUEM foi Paulo Freire e seu trabalho como professor. *Nexo Jornal.* 15 de out.de 2019https://www.youtube.com/watch?v=VjjV8ROzMho. Acesso em: 6 abril 2020.

SESCtv, *Paulo Freire, um homem do mundo – as 40 horas de Angicos.* Direção: Cristiano Burlan. 52min.28seg. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ed4cyCYKz1M&t=1488s Acesso em: 1º out. 2020.

UMA CIDADE sonhada por dois séculos. *Agência Brasília.*18 abr. 2019. Disponível em: https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/04/18/uma-cidade-sonhada-por-dois-seculos. Acesso em: 20 ago. 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Plano Orientador da Universidade de Brasília.* Editora Universidade de Brasília, 1962. (Reimpressão)

ROSA, João Guimarães. *Ficção Completa.* Volume II. Grande sertão: veredas. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

ROSADO, Clairton. *Brasília - Sinfonia da Alvorada*: estudo dos procedimentos composicionais da obra sinfônica de Tom Jobim. Orientador: Gilmar Roberto Jardim. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27158/tde-24042009-153532/pt-br.php. Acesso em: 19 ago. 2020.

TELES, Lúcio França. *Entrevista.* Entrevistadoras: Laura Maria Coutinho e Maria Luiza Pinho Pereira. Transcrição: Laura Maria Coutinho. Acervo Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 2019. 6 p.

TÔRRES, Maria Madalena *et al. Alfabetizar é libertar.* Caderno 1. Brasília: Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia – Cepafre, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ktYOiDdA2gGztStuq2P8e-CF9ih1rVJ4/view. Acesso em: 2 out. 2020.

SERVIÇO COOPERATIVO DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE - SECERN. *As quarenta horas de Angicos.* Documentário, 16mm. Roteiro: Luiz Lobo. 11min.10seg.1963.Disponível em: https://www.facebook.com/ProfessorPauloFreire/videos/1228407143880331. Acesso em: 4 out. 2020.

SIMAS, Renée. *Entrevista.* Entrevistadoras: Laura Maria Coutinho e Maria Luiza Pinho Pereira. Transcrição: Laura Maria Coutinho. Acervo Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 2019. 4 p.

SOUSA, Eudoro de. *Mitologia I*: mistério e surgimento do mundo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

SPIGOLON, Nima Imaculada. *Pedagogia da Convivência*: Elza Freire, uma vida que faz educação. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 2009.

SPIGOLON, Nima Imaculada. *As noites da ditadura e os dias de utopia*: o exílio, a educação e os percursos de Elza Freire nos anos de 1964 a 1979. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 2014.

Sobre os autores

Alice Fátima Martins

Doutora em Sociologia, professora titular na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Bolsista de produtividade em pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
E-mail: profalice2fm@gmail.com

Antonio Carlos Andrade de Souza

Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília; professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: toninho2018pos@gmail.com

Antonio Fávero Sobrinho

Mestre em História pela Universidade de Brasília, Professor Assistente na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Ariane Abrunhosa

Doutora em Educação e Tecnologia pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal.
E-mail: abrunhosa.ariane@gmail.com

Claudia Paiva Carvalho

Doutora em Direito pela Universidade de Brasília, professora de Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).
E-mail: claudiapaivac@gmail.com

Cristiano Paixão
Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor adjunto da Faculdade de Direito da UnB.
E-mail: cristiano.aslh@gmail.com

Carmyra Oliveira Batista
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: carmyra.batista@gmail.com

Denise Farage
Especialista em Políticas Públicas pela Universidade de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: denisefarage@gmail.com

Edilene Simões Costa dos Santos
Doutora em Educação, em Ciência e Matemática pela Universidade de Brasília, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
E-mail: edilenesc@gmail.com

Eliane Brito
Doutoranda em História pela Universidade de Brasília, professora do Centro Universitário Planalto do DF (Uniplan), da Faculdade Projeção e professora substituta do Instituto Federal de Brasília.
E-mail: eliane.cbo@gmail.com

Erlando Reses
Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da UnB.
E-mail: erlandoreses@gmail.com

Eva Waisros Pereira
Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Aberta de Portugal; professora emérita e pesquisadora associada plena do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília.
E-mail: evawaisros@gmail.com

Haydée Ribeiro Coelho
Doutora em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo, professora associada IV da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: haydeeribeiro@hotmail.com

Josefina Reis de Moraes
Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: josefinarmoraes@gmail.com

José Luiz Villar Mella
Doutor em História Social e das Ideias pela Universidade de Brasília, professor associado I da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Jorge Abrahão de Castro
Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pesquisador associado da Universidade de Brasília e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB).
E-mail: jorge.abrahao57@gmail.com

Laura Maria Coutinho
Doutora em Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
E-mail: lauracou@gmail.com

Leila Chalub Martins
Doutora em Ciências Sociais - Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas, professora do ensino básico público de Brasília de 1968 a 1992, professora associada aposentada da Universidade de Brasília.
E-mail: leilachalub3@gmail.com

Leila Maria de Jesus Oliveira
Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: leiladejesus@gmail.com

Luciana de Maya Ricardo
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: luciana.maya@gmail.com

Maria Andreza Costa Barbosa
Mestre em Educação pela Universidade de Brasília, professora de Artes Visuais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
E-mail: andrezaferreiro@gmail.com

Mariana Gonçalves Penna
Graduada em História pela Universidade de Brasília e estagiária do Museu da Educação do Distrito Federal.
E-mail: marigpenna@gmail.com

Maria Alexandra Militão Rodrigues
Doutora em Psicologia, professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
E-mail: alexandrarodrigues57@hotmail.com

Maria Lídia Bueno Fernandes
Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo, professora associada 3 da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo de Pesquisa Sujeitos, Territórios e a Construção do Conhecimento (GPS).
E-mail: lidia_f@uol.com.br

Maria Margarida Machado
Doutora em Educação, professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.
E-mail: mmm2404@gmail.com

Maria Paula Vasconcelos Taunay
Doutora em Educação e Tecnologia pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: mariapaulataunay@gmail.com

Mônica Menezes de Souza Batista
Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: profmonicams@yahoo.com.br

Raquel de Almeida Moraes
Doutora em Educação, professora Associada 4 da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo Lattes do CNPq: GT História, Sociedade e Educação no Brasil no DF, HISTEDBR-DF - HISTEDBR.
E-mail: raquelmoraesbr@gmail.com

Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho
Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo, professora do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF) e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
E-mail: rosalia.carvalho@udf.edu.br

Ricardo Gonçalves Pacheco
Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília, professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: prof.ricardopacheco@gmail.com

Samira Bueno Chahin
Doutora em arquitetura e urbanismo pela Universidade de São Paulo, professora do Centro Universitário Facens, membro do Comitê Editorial do projeto Arquitetura e Escrita e do GT Territórios Educativos do Instituto de Arquitetos do Brasil, São Paulo.
E-mail: samira_chahin@yahoo.com.br

Valéria Nely Cézar de Carvalho
Doutora em História pela École Pratique des Hautes Estudes de Paris, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: carvalho.nely@gmail.com

Vera Margarida Lessa Catalão
Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Paris VIII, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
Email: veramcatalao@gmail.com

A Editora UnB é filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Este livro foi composto em Adobe Garamond Pro.

Esta obra é mais uma etapa da história da educação no Distrito Federal. Seu recorte histórico abrange o período da ditadura militar no Brasil, com foco nos acontecimentos na área da educação e suas repercussões na rede de ensino local. Os desafios vividos naquele período de autoritarismo constituem experiências antagônicas ao ideário democrático fundante do sistema de ensino público inovador da capital brasileira. A construção do conhecimento histórico a esse respeito é essencial para que se compreenda a relação intrínseca entre educação e sociedade, bem como as estratégias de organização social adotadas para o enfrentamento à opressão política e ideológica que marcou toda uma geração de brasilienses.

Alice Fátima Martins | Antônio Carlos Andrade de Souza
Antônio Fávero Sobrinho | Ariane Abrunhosa
Claudia Paiva Carvalho | Cristiano Paixão | Carmyra Oliveira Batista
Denise Lucinda Farage | Edilene Simões Costa dos Santos | Eliane Brito
Erlando Reses | Eva Waisros Pereira | Haydée Ribeiro Coelho
Josefina Reis de Moraes | José Luiz Villar | Jorge Abrahão de Castro
Laura Maria Coutinho | Leila Chalub Martins | Leila Maria de Jesus Oliveira
Luciana de Maya Ricardo | Maria Andreza Costa Barbosa
Mariana Gonçalves Penna | Maria Alexandra Militão Rodrigues
Maria Lídia Bueno Fernandes | Maria Margarida Machado
Maria Paula Vasconcelos Taunay | Mônica Menezes de Souza
Raquel de Almeida Moraes | Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho
Ricardo Gonçalves Pacheco | Samira Bueno Chahin
Valéria Nely Cézar de Carvalho | Vera Margarida Lessa Catalão